

# Deputados envolvidos em corrupção poderão ter os bens seqüestrados

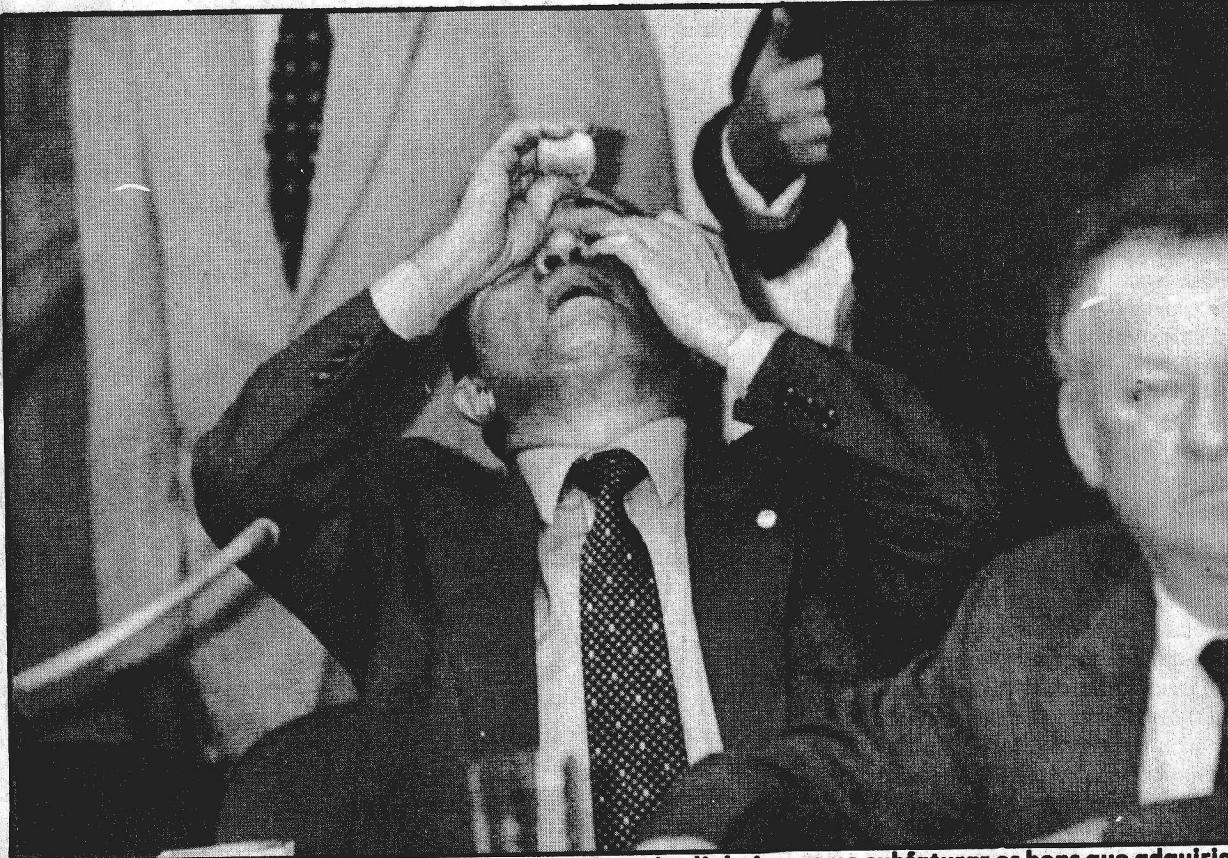
Raimundo Paccó

O coordenador da Subcomissão de Patrimônio e Fiscal da CPI do Orçamento, senador José Paulo Bisol (PSB-RS), defendeu ontem o imediato seqüestro dos bens do ex-diretor do Departamento de

Orçamento da União, José Carlos Alves do Santos, e dos principais parlamentares envolvidos nas falcatruas com verbas federais. Bisol reconheceu que, apesar de a CPI ter prerrogativas constitucionais para tomar tal atitude, essa não é uma tradição do Congresso. "De qualquer forma, seria a maneira mais eficaz de recuperar boa parte dos recursos desviados dos cofres da União".

A subcomissão examina a evolução patrimonial de 27 envolvidos nas denúncias de corrupção, mas a prioridade é avaliar as declarações de bens dos próximos quatro parlamentares a depor, a partir de quarta-feira (3): Ricardo Fiúza (PFL-PE), Cid Carvalho (PMDB-MA), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG) e Manoel Moreira (PMDB-SP). Bisol adiantou que no levantamento feito até agora sobre o patrimônio dos parlamentares há indícios de eventuais bens ocultos. Isso pode levar a subcomissão a viajar aos estados para fazer verificar nos cartórios os bens registrados em nome dos acusados e depois cruzar as informações.

"Estamos vendo coisas estranhas",



Alves enxergava longe e tinha outros meios para 'lavar' o dinheiro, como subfaturar os bens que adquiria

nhas, dados aparentemente incorretos e outros indícios de irregularidades que só serão comprovadas depois do cruzamento dos nossos dados com o resultado das investigações das Subcomissões de Bancos, Emendas ao Orçamento e Subvenções", disse Bisol. Sobre o seqüestro de bens, afirma que vai encaminhar a proposta à CPI esta semana. "Acredito que possamos considerar a hipótese". Bisol foi o único integrante da CPI do Orçamento a trabalhar hoje. Ele e seus

principais assessores passaram a manhã no gabinete conferindo os dados da Receita Federal.

O coordenador da Subcomissão de Emendas ao Orçamento, deputado Sigmarinha Seixas (PSDB-DF), descansou hoje. O parlamentar suspendeu os trabalhos porque não adianta reunir a subcomissão sem a ajuda dos técnicos do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), que não trabalham aos domingos.

Esta subcomissão também está

dando prioridade às emendas dos quatro parlamentares convocados para depor nesta semana, selecionando as propostas "vultosas" aprovadas. Eles vão estabelecer o caminho percorrido pela emenda desde o Executivo, passando pelo Legislativo, até a empreiteira. "É claro que se as emendas dos parlamentares são feitas sistematicamente fora dos seus estados e beneficiam as mesmas empreiteiras, os indícios de irregularidades são flagrantes", disse Sigmarinha.